



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2023

Ref. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1682/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Manoel Divino, Nº 55, Centro, São José do Divino-PI, inscrita no CNPJ Nº 41.522.111/0001-45, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Francisco de Assis Carvalho Cerqueira, portador do CPF 839.920.653-91 e RG Nº 1.742.642 SSP/PI, Prefeito Municipal, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, e o fornecedor **V R COSTA LTDA**, CNPJ Nº 21.111.336/0001-00, sediada na est estrada da fazenda soares km 02, s/n, área rural de Teresina, Teresina-PI, neste ato representado pelo Sr. Viviane Ribeiro Costa, inscrita no CPF nº 055.032.253-17 e RG nº 3.221.166 SSP-PI e daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, celebram entre si o presente **CONTRATO**, conforme estabelecido no Processo de dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de tampos de MDF 15MM para a reforma de conjunto mesa/cadeira de aluno e professor das Unidades Escolares Municipais de São José do Divino-PI.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TAMPO DO CONJUNTO DO ALUNO EM MDF DE 15MM REVESTIDO NAS DUAS FACES DE FORMICA NA COR BRANCA. MED:45X60, BORDA NA COR AZUL	UND	148	RS 75,00	RS 11.100
2	TAMPO DO CONJUNTO DO ALUNO EM MDF DE 15MM REVESTIDO NAS DUAS FACES DE FORMICA NA COR BRANCA. MED:45X60, BORDA NA COR VERMELHA	UND	18	RS 75,00	RS 1.350,00
3	TAMPO DO CONJUNTO DO ALUNO EM MDF DE 15MM REVESTIDO NAS DUAS FACES DE FORMICA NA COR BRANCA. MED:45X60, BORDA NA COR AMARELA	UND	55	RS 75,00	RS 4.125,00
VALOR TORAL: 16.575,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)					

1.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratual, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 O objeto deste contrato será executado de acordo com as necessidades da Contratante mediante a apresentação da situação fática, devidamente individualizada.

2.2 Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, correndo a cargo da **CONTRATANTE** exclusivamente os valores referentes ao pagamento do valor do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O valor global do contrato é de R\$ 16.575,00 (dezesesseis mil e quinhentos e setenta e cinco reais)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

- 3.2 O pagamento será realizado na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças de São José do Divino-PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente à prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal.
- 3.3 A nota fiscal referida acima deve apresentar os produtos fornecidos.
- 3.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.
- 3.5 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução do serviço.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da execução do contrato correrão da seguinte forma:

FONTES DE RECURSO	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA
540 – FUNDEB 500 - RECURSO PRÓPRIO	12.361.0012.2021.0000 – ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO 33.90.39 - SERVIÇO DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
	12.365.0012.2026.0000 – MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO INFANTIL	
	12.361.0012.2021.0000 – ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
	12.365.0012.2026.0000 – MANUTENÇÃO DA REDE DE ENSINO INFANTIL	
	12.361.0012.2092.0000 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL	
	12.365.0012.2093.0000 -MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO INFANTIL	
	12.361.0012.2092.0000 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL	

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até dia 31 de dezembro de 2023 podendo ser prorrogado a critério do contratante de acordo com o art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições deste contrato, cabe à contratada:

- Zelar pela fiel execução do objeto contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.
- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 71 da Lei 8.666/93, com suas alterações.
- Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação.
- Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas que dão origem ao contrato.
- A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei 8.666/93.
- Apresentar mensalmente a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço pactuado.
- Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo o único responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

- h) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, o esclarecimento e as informações técnicas pertinentes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratante:
- Proporcionar todas as facilidades, inclusive fornecendo os documentos necessários para que o contratado possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
 - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
 - Comunicar o(a) contratado(a) sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços fornecidos, para imediata substituição;

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

- 8.1 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para o justo preço da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer à repactuação do valor contratado, na forma da Legislação.
- 8.2 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá a contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), que deverá retratar a variação efetiva do custo dos serviços ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

- 9.1 Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados o descumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações ou a infringência de preceitos legais implicarão, segundo a gravidade da falta, na aplicação das seguintes penalidades administrativas à Contratada, na forma prevista nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/1993.
- 9.2 A contrata poderá ser rescindido nos termos do que dispõem os artigos 77 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas respectivas alterações.
- 9.3 As penalidades pecuniárias serão, sempre que possível e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos da CONTRATADA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.4 Após a aplicação de qualquer penalidade prevista neste capítulo, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), contando o fundamento legal da punição.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 Diante da necessidade de acompanhamento da execução do presente contrato administrativo fica nomeado ao Sr. Milton Gomes Machado, portador do CPF Nº 395.250.233-20, fiscal e gestora do presente contrato conforme Portaria nº 016 de 25 de fevereiro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO - PI

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, além das penalidades específicas, a sua rescisão com as consequências contratuais e legais.
- 11.2 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, com redação atualizada pela Lei 8.883/94.
- 11.3 A rescisão do contrato se dará na forma estipulada e prevista em lei (art. 79, e seguintes, da Lei 8.666/93).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE

- 12.1 A CONTRATADA responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar a CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1 Integra o Processo Administrativo nº 1682/2023, todas as peças e documentos que compõem o presente Contrato, inclusive a proposta do Contratado, como se aqui estivesse transcrita.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

- 14.1 Fica eleito o foro de Piracuruca, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.
 - 14.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração CONTRATANTE.
- E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito e para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São José do Divino-PI, 06 de junho de 2023.

FRANCISCO DE ASSIS
CARVALHO
CERQUEIRA:83992065391

Assinado de forma digital por FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO
CERQUEIRA:83992065391
DN: cn=FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO CERQUEIRA, ou=SECRETARIA DE GESTÃO MUNICIPAL, ou=PIAUI, ou=BR
c=BR, email=FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO CERQUEIRA@SAOJOSEDODIVINO.PI.GOV.BR, serial=1000000000
+1.522.111.336/0001-00

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO CERQUEIRA
Prefeito Municipal

VR COSTA
LTDA:211113
36000100

Assinado de forma
digital por VR COSTA
LTDA:21111336000100
Cidade: 2023-06-06
15:16:31 -02'00'

V R COSTA LTDA
CNPJ Nº 21.111.336/0001-00
Viviane Ribeiro Costa
CPF 055.032.253-17 | RG3.221.166 SSP-PI